



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE FLORESTAS
CURSO DE GRADUAÇÃO EM ENGENHARIA FLORESTAL

ERIKLIS AMORIM DE MIRANDA

**ASPECTOS HISTÓRICOS E PANORAMA DAS QUEBRADEIRAS DE COCO
BABAÇU NA REGIÃO DE CAMPESTRE DO MARANHÃO – MA**

Prof. Dr. ALEXANDRE MONTEIRO DE CARVALHO
Orientador

SEROPÉDICA, RJ
ABRIL – 2022



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE FLORESTAS
CURSO DE GRADUAÇÃO EM ENGENHARIA FLORESTAL

ERIKLIS AMORIM DE MIRANDA

**ASPECTOS HISTÓRICOS E PANORAMA DAS QUEBRADEIRAS DE COCO
BABAÇU NA REGIÃO DE CAMPESTRE DO MARANHÃO – MA**

Monografia apresentada ao Curso de Engenharia Florestal, como requisito parcial para a obtenção do Título de Engenheiro Florestal, Instituto de Florestas da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.

Prof. Dr. ALEXANDRE MONTEIRO DE CARVALHO
Orientador

SEROPÉDICA, RJ
ABRIL – 2022

**ASPECTOS HISTÓRICOS E PANORAMA DAS QUEBRADEIRAS DE COCO
BABAÇU NA REGIÃO DE CAMPESTRE DO MARANHÃO – MA**

ERIKLIS AMORIM DE MIRANDA

APROVADA EM: 29/04/2022

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dr. ALEXANDRE MONTEIRO DE CARVALHO – DPF/IF/UFRRJ
Orientador

MSc. NORMA DA SILVA ROCHA MACIEL – PPGCAF/IF/UFRRJ
Membro

Eng^a. ISABELLA DIAS DE CARVALHO – PPGDT/ICSA/UFRRJ
Membro

À Noeme, Antônio e Cleunízia, meus
avós e minha bisavó, dedico.

AGRADECIMENTOS

Não tem como não começar agradecendo à mulher que me deu a vida e que mesmo de longe, sempre se fez presente. Minha maior fonte de admiração quando penso em força, resiliência e amor. À Cleiciene Monteiro de Amorim, minha mãe.

Aos meus avós Noeme e Antônio, que me acolheram como filho e sempre fizeram de tudo para me amparar com o que eu precisasse. Ela quebradeira de coco babaçu, um exemplo de inteligência. Ele um homem do campo, um exemplo de determinação.

Aos meus irmãos que tanto amo, Élisson Eduardo e Kawã.

À toda a minha família, que compartilham da mesma jornada comigo.

Aos meus amigos do IFTO – Campus Araguatins que me fizeram acreditar que poderia chegar longe. Aos meus amigos da Rural que me ajudaram a ser a melhor versão de mim.

Aos amigos que fiz e carrego comigo onde quer que eu vá: Edmilson, Samara, Regiane, Wanderson, Kálita, Karolline, Débora, Bruna, Wyllian, Karen, Roberghson, Luana, Leandro, Thasso, Sérgio, Cristiane, Gabriele, Cecília, Jefferson, Adna, Jonas, Assucena, Ruth, Delba, Bárbara, Júlia, Wesley, Bianca, Gabriela, Eduardo, Iury, Marcos, Sanmylla, Esther, Mariane, Vinicius, João, Estévão, Lucas, Jotta, Eduardo, Karla, Úrsula, Vitória, Lígia e demais amigos.

Ao PET Floresta, ao CAEF e à ECOSSAM Jr. por contribuírem para meu desenvolvimento profissional e pessoal. À tutora Vanessa.

Ao querido Alexandre Monteiro por ser um orientador tão atencioso e empático.

Ao Maranhão, estado que me criou e que no qual sou apaixonado por seu território, biodiversidade e todas as populações e comunidades que aqui vivem.

Ao b-side e amixers, que por muitas vezes melhoraram o meu dia.

Ao governo Lula/Dilma por ter contribuído significativamente para a melhoria da condição de toda a minha família e me dar condições de seguir e me manter numa universidade.

E a mim, por nunca ter desistido.

RESUMO

O presente trabalho teve como objetivo principal fazer um relato crítico e avaliativo da dinâmica, histórico e panorama das quebradeiras de coco babaçu na região de Campestre do Maranhão, no Estado do Maranhão, Brasil. O autor possui proximidade familiar com o tema e fez também, em um dos itens do texto, um relato pessoal, narrado em primeira pessoa, de sua experiência no extrativismo do coco babaçu. Através do levantamento realizado e das informações abordadas, constatou-se que o cenário é bastante desafiador para o remanescente de quebradeiras de coco babaçu em atividade atualmente no município de Campestre do Maranhão, pois como não houve edição municipal sobre a Lei Babaçu Livre, o agronegócio por muitas décadas teve passe livre para desmatar parte significativa dos babaçuais da região, tornando o babaçu escasso comparado com o extrativismo das primeiras décadas de povoamento local, contribuindo para que as quebradeiras buscassem outras alternativas para complementar suas rendas familiares e abandonassem a prática extrativista.

Palavras-chave: agroextrativismo, produto florestal não madeireiro, babaçu livre, extrativismo

ABSTRACT

The present work had as main goal to make a critical and evaluative account of the dynamics, history and current panorama of the babassu coconut breakers in the Campestre do Maranhão Region, in the State of Maranhão, Brazil. The author has family proximity to the theme and also made, in one of the items of the text, a personal account, narrated in first person, of his experience in babassu coconut's extractivism. Through the information collected and addressed, it was found that the scenario is still quite challenging for the remaining babassu coconut breakers currently in activity in the municipality of Campestre do Maranhão county, as there was no municipal edition on the Free Babassu Law, so agribusiness for many decades had a free pass to deforest a significant part of the babassu in the region, making babassu scarce compared to the extractivism of the first decades of local settlement, contributing to the breakers having to seek other alternatives to supplement their family incomes and abandoning the extractive practice.

Keywords: agroextractivism, non-timber forest product, free babassu, extractivism

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	1
2. REVISÃO DE LITERATURA.....	2
2.1 Histórico	2
2.1.1 Contextualização do trabalho familiar	2
2.2 Desigualdade Social	3
2.3 Conflitos por terra	5
2.4 Identidade das Quebradeiras de Coco Babaçu como Comunidade Tradicional.....	6
2.5 Incentivo Político	7
2.6 Organização e Luta	8
2.7 Conquistas dos movimentos sociais	10
3. MATERIAL E MÉTODOS	11
4. CONTEXTO FAMILIAR DO AUTOR	11
5. CONCLUSÕES.....	14
6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	15

1. INTRODUÇÃO

No Médio Mearim, as atividades envolvendo a quebra do coco babaçu sofreram diversas modificações nos aspectos de caráter produtivo e organizacional, tanto pelo interesse das famílias das quebradeiras de coco babaçu como pelo caráter comercial e econômico de órgãos governamentais e não-governamentais. (RÊGO; ANDRADE, 2006)

O coco babaçu começou a ser cobiçado internacionalmente com as instaurações das guerras no século XX, principalmente pelo potencial de suas propriedades para cosmética, energia e higiene. O investimento massivo no babaçu no Maranhão começou a se intensificar depois da Primeira Guerra, conhecendo a fase do capital comercial, com interesse internacional para fim de exportação. (AMARAL FILHO, 1980, p. 25-26 apud ARAÚJO JR; DMITRUK; MOURA, 2014)

Com essa nova ênfase, houveram várias medidas governamentais com incentivo político com a finalidade de exploração e utilização não só do fruto e palmeira do babaçu, mas as terras também de ocorrência de babaçuais, como os decretos 5.549 e 5.550 de março de 1975, que liberavam a derrubada de milhares de hectares de babaçu no Maranhão para implantação de empresas de celulose e cana-de-açúcar. (ALMEIDA, 1995; MAY, 1990 apud RÊGO; ANDRADE, 2006)

Essas políticas territoriais governamentais da década de 1970 são caracterizadas pelo incentivo fiscal à projetos agropecuários. A Lei Estadual de Terras nº 2979, de 17 de julho de 1969 (Lei Sarney) foi um exemplo de incentivo para a expansão da pecuária no Maranhão, pois legitimou a distribuição de terras públicas e particulares alegando serem “terras devolutas”. Essa situação de grilagem de terras e crescimento desenfreado da pecuária fez com que as famílias camponesas chegassem a um modo de submissão, que logo mais culminaria em conflitos, mostrando a problemática da restrição de acesso aos babaçuais e concentração de terras. (RÊGO; ANDRADE, 2006)

Em 1979 foi criado o Instituto Estadual do Babaçu (INEB), nele eram realizados estudos acerca do aproveitamento integral do coco, a fim de conciliar os interesses das indústrias oleaginosas, das carvoarias, dos camponeses e do governo. (RÊGO; ANDRADE, 2006)

Os proprietários de terras onde se localizavam os babaçuais começam a valorizar economicamente as áreas e então as famílias agroextrativistas que moram nessas propriedades e que possuem terras devolutas se dedicam à atividade extrativa. A partir disso, como condição para permanência das famílias em áreas privatizadas, os grandes proprietários passam a cobrar renda fundiária, foro e arrendamento, além da repartição sobre a exploração do babaçu, a *meia*. (CORDEIRO, 2008)

Os conflitos por terras ficam cada vez mais intensos com a diminuição do interesse pelo babaçu. Há cada vez mais violência na relação entre proprietários e não proprietários. É preciso o engajamento e organização do espaço doméstico na luta pela sobrevivência. (ARAÚJO JR; DMITRUK; MOURA, 2014)

Algumas organizações surgiram e outras se fortaleceram nesse cenário. Nos Sindicatos de Trabalhadores Rurais, ocorreram mudanças, visto que os trabalhadores começaram a exercer maior presença em seus órgãos de classe, assumindo a frente e atuando diretamente em processo de mobilização e conflito. Foi com essas mudanças, também, que mulheres passaram a integrar os Sindicatos, visto que anteriormente só havia participação masculina. (RÊGO; ANDRADE, 2006)

Com isso, este trabalho teve o objetivo de abordar, compreender, registrar e relatar, com base em revisão da literatura e relato familiar do autor, os aspectos históricos e o panorama das Quebradeiras de Coco Babaçu na região de Campestre do Maranhão – MA.

2. REVISÃO DE LITERATURA

2.1 Histórico

2.1.1 Contextualização do trabalho familiar

O homem é quem toma as decisões sobre como, onde e com quem a roça será realizada, apesar de mulheres e crianças também trabalharem em diversas atividades no espaço. Até mesmo quando a mulher não possui marido, em diversos depoimentos, são os tios, primos, irmãos e pais que escolhem e negociam com outros homens do povoado. A quebra do coco é vista como atividade principal da mulher e a roça do homem (Figura 1), e, conseqüentemente, a quebra do coco é tida como atividade complementar à roça. (FIGUEIREDO, 2005, p.82)



Figura 1. Roça (Acampamento Buritirana, Maranhão). Fonte: Reynaldo Costa (2017).

Os dias das mulheres camponesas são pesados, pois intercalam atividades agroextrativistas e cuidados com casa e família, tendo que trabalhar no campo e também em casa, cuidando de toda a família e até de pessoas agregadas à família em época de roças. (FIGUEIREDO, 2005, p.73)

De acordo com o estudo feito por Figueiredo (2005, p.82), a agricultura e o extrativismo do babaçu se complementam, mesmo com alguns dizendo que a agricultura seja a principal atividade na vida familiar camponesa. Para outros, o extrativismo do babaçu é a atividade de garantia de manutenção cotidiana, principalmente entre os períodos de entressafra na agricultura, onde há a troca da amêndoa do babaçu por cuscuz, café, açúcar e demais itens que compõem as necessidades diárias.

Há alguns homens que exercem a quebra do coco, como também há mulheres que se dedicam a atividades agrícolas, porém não dá para dizer que mulheres assumem atividades da roça tanto quanto os homens, pois mesmo participando das mesmas etapas que alguns homens, essa porção é minoria, assim como o homem na quebra do coco, existindo essa divisão sexual do trabalho familiar. Portanto, a quebra do coco babaçu é uma atividade de realização predominantemente feminina. (FIGUEIREDO, 2005, p.89)

Existem diversas formas para a retirada da amêndoa do babaçu, sendo a técnica mais comum a que se utiliza um machado e um pedaço de madeira. Geralmente as quebradeiras se sentam ao chão, firmam o machado entre as pernas com a lâmina virada para cima, segurando

o coco acima da lâmina e proferindo golpes com a madeira até o rachar e assim extrair as amêndoas (Figura 2). (BARBOSA, 2018)



Figura 2. Quebradeiras de Coco Babaçu. Fonte: Motoki (2018).

As famílias agroextrativistas veem a palmeira de babaçu como uma fonte de riqueza que será utilizada em diversos momentos de suas vidas. Os babaçuais possuem vasto uso enquanto potência econômica e recurso de sobrevivência para essas famílias que vivem diversos contextos sociais relacionados com a economia do babaçu. (BARBOSA, 2013)

Existem mais de 300.000 famílias nas áreas de ocorrência de babaçuais, implicando que não há como traçar nenhuma generalização sobre a forma de utilização desse recurso no que tange a esse tipo de apropriação. Várias são as conexões sociais com o babaçu que fizeram os agroextrativistas fazerem do babaçu parte de sua cultura, identidade, história e recurso natural de grande potencial econômico. (BARBOSA, 2013)

2.2 Desigualdade Social

A economia do babaçu colapsou nos anos 80, justificado pela substituição do óleo de babaçu como matéria prima pelos óleos de soja, dendê e outros na indústria. Foi justamente nessa situação de colapso que houve uma ressignificação do babaçu, visto que se tornou um meio de organização e mobilização pelas quebradeiras de coco babaçu. Desde então, não se tratava apenas do babaçu como produto isolado, mas como símbolo de união e luta por aqueles que não conseguiam se reproduzir por meio da relação trabalho-salário. Assim começou uma mobilização representando essa alternativa de reprodução social através do babaçu. (TAVARES, 2008)

O extrativismo do babaçu é sempre classificado como economicamente inviável por especialistas de órgãos oficiais e a indústria oleaginosa reclama da atividade pela irregularidade do fornecimento da matéria prima, da forma de obtenção da amêndoa e sempre tratam os agroextrativistas com desprezo em suas falas. (FIGUEIREDO, 2005)

Em 1953 havia um artigo que dizia que a população dos babaçuais (Figura 3) estava entre as mais miseráveis do país e que o babaçu virou matéria viva de comércio na mão dos grandes proprietários e comerciantes, desvalorizando o babaçu como fonte de alimentação do maranhense. (COSTA FILHO, 1953 apud BARBOSA, 2018)



Figura 3. Quebradeiras em babaçal. Fonte: Acervo ISPN/Peter Caton

Uma das justificativas para essa depreciação da atividade da quebra do coco babaçu vem da população que migrou para o Maranhão entre os anos 20 e 50, que em sua maioria vinham do Ceará, Piauí, Rio Grande do Norte e Paraíba, onde em sua cultura a agricultura é mais importante que o extrativismo como atividade familiar, diferente de outras regiões da Amazônia, onde podemos exemplificar com a cultura da extração nos seringais. (ANDRADE, 1973 apud FIGUEIREDO, 2005)

Embora as famílias do interior do Estado do Maranhão estejam no início de uma nova fase, o extrativismo segue marginalizado mesmo com a ascensão do mercado, pois o extrativista tinha que produzir de uma forma cada vez mais intensa, ao mesmo tempo em que os benefícios não se adequavam à cobrança do mercado. Isso pode ser explicado pelo mísero valor em que a amêndoa era vendida aos atravessadores, enquanto precisava pagar valores cada vez maiores ao consumir itens industrializados. (LACROIX, 2004 apud BARBOSA, 2018)

Foi na década de 90 que as quebradeiras de coco babaçu começaram a aparecer na mídia (jornais, TV, rádio e revistas) em notícias enaltecendo a organização da produção, a entrada no mercado, preservação do meio ambiente e enfatizando o papel feminino na quebra do coco babaçu. Sendo retratadas como experiências positivas para a sociedade. (FIGUEIREDO, 2005)

O êxodo rural esteve intrinsecamente relacionado com a situação de lutas provocadas pelas restrições de uso dos babaçuais, aumentando a marginalização nos espaços urbanos, tendo um aumento no número de população na pobreza e em constantes conflitos sociais. (ARAÚJO JR; DMITRUK; MOURA, 2014)

Foi na luta que se descobriu o valor do babaçu. É na luta que se restabelece o valor de ser quebradeira de coco babaçu. (FIGUEIREDO, 2005)

2.3 Conflitos por terra

Em determinada entrevista, apura-se que os entrevistados possuem intensas relações com a comunidade que vivem. Comunidade essa que possuem diversos significados para as famílias agroextrativistas que lá residem, não sendo apenas no conceito de povoado ou município. Essa relação profunda vem desde a chegada dos primeiros moradores daquela região, onde conseguiam o primeiro pedaço de terra, criando então essa identificação com o local. (ALMEIRA; MOURÃO, 1975 apud FIGUEIREDO, 2005)

Outra informação sobre a ocupação das frentes de fronteiras agrícolas é que, além de migrantes de outros estados do Nordeste, com o fim da escravidão e declínio das fazendas de engenho de cana entre os anos de 1700 a 1900, ali residiram ex-escravos que também fizeram da região do Médio Mearim seu lar. (FIGUEIREDO, 2005)

De acordo também com a entrevista conduzida por Figueiredo (2005, p.59), quando questionados, relataram que quando seus pais chegaram na região, as terras dali não tinham donos e tampouco haviam donos do babaçu. Conheceram os babaçuais como recurso natural livre disponível para todas as famílias, portanto a terra era livre e o babaçu também.

Na década de 80 aconteceram diversos conflitos envolvendo centenas de famílias agroextrativistas na região do Médio Mearim (Figura 4), tendo um dos principais motivos a resistência quanto a submissão a grandes proprietários que de forma violenta ocupavam aquelas terras. Foi assim que se instaurou conflitos diretos contra vaqueiros, capangas e diversas milícias que serviam aos grandes proprietários, diminuindo assim a disponibilidade de terras para aquelas famílias praticarem sua agricultura e extrativismo. Essa situação fez surgir outras relações econômicas e conflitos durante a atuação das quebradeiras nos babaçuais. (RÊGO; ANDRADE, 2006)

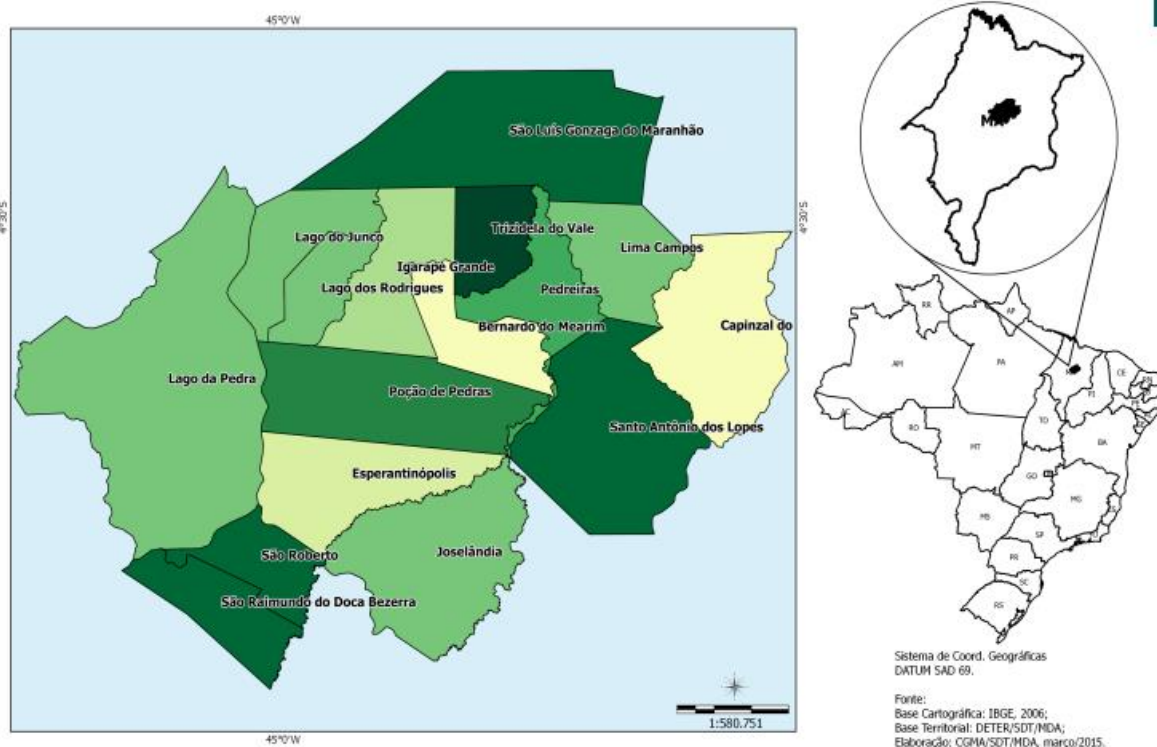


Figura 4. Região do Médio Mearim (Maranhão). Fonte: IBGE (2015)

A grilagem foi a principal forma de expropriação dos agroextrativistas no Maranhão, havendo suas variações:

1) terras foram tomadas, geralmente usando-se a violência, para simples especulação, reserva de valor; 2) terras tomadas e destinadas a atividades agropecuárias – neste caso, os posseiros foram expulsos ou passaram a pagar renda (através do coco babaçu ou arroz); 3) terras foram tomadas por um herdeiro do dono que possuía o título das terras, expulsando os demais (herança sem partilha); 4) terras como objeto de grilagem cartorial, falsificação de títulos e documentos em cartórios; 5) terras indígenas invadidas por empresas ou fazendeiros. (LUNA, 1984, p.46 apud BARBOSA, 2013)

Os conflitos na microrregião de Imperatriz também foram intensos, principalmente após a construção da estrada Belém-Brasília, que aconteceu entre os anos de 1956 a 1964. Estrada essa que teve o objetivo de conectar a região Norte com o Centro e Sul do país. Foi com essa abertura que se teve início à grilagem na região. (ASSELIN, 2009, p.33 apud BARBOSA, 2013)

No fim dos anos 70, com o início do Grande Projeto Carajás, a grilagem e ocupação tomou curso para outras regiões adentro do estado, passando pela estrada Imperatriz-João Lisboa e também por Porto Franco, Grajaú e Barra do Corda. Se expandiu também pelo oeste do Estado no sentido Imperatriz-Coquelândia e leste pela BR-222 sentido Açailândia-Santa Luzia. (ASSELIN, 2009, p.38-39 apud BARBOSA, 2013)

Em todos esses conflitos por terra é destacado o protagonismo das mulheres camponesas que se organizavam e buscavam por parceiras e ajuda em diversas instituições, órgãos e setores de direitos humanos. (BARBOSA, 2013)

Em números, só em 1991 foram registrados no Maranhão quase 4700 assassinatos, onde somente 28 foram julgados, e, dentre estes, apenas houveram 14 condenações no tribunal. Com dados registrados na Sociedade Maranhense de Direitos Humanos, nos anos de 1990 e 1991, houveram 127 registros de embates entre camponeses e grandes proprietários. Conflitos esses que envolviam grileiros, pecuaristas, madeireiros e quem mais objetivasse a expulsão dos camponeses locais. (CPT, 1991, p.18; CPT, 1992, p.9 apud BARBOSA, 2013)

2.4 Identidade das Quebradeiras de Coco Babaçu como Comunidade Tradicional

O babaçu foi um elemento que permitiu que as quebradeiras de coco criassem vínculo de autoidentificação, lutas, sensibilidade, sentimento e consolidação do trabalho em suas relações. Então com essas identidades as quebradeiras de coco definem seu lugar social e relações, fortalecendo assim um senso de pertencimento a grupos ou comunidades (Figura 5). (BARBOSA, 2013)



Figura 5. Quebradeiras de Coco Babaçu (São Luís, Maranhão). Fonte: Yndara Vasques (2019)

Pesavento (2004) diz que “as sensibilidades não só comparecem no cerne do processo de representação do mundo, como correspondem, para o historiador da cultura, àquele objeto a ser capturado no passado, ou seja, a própria energia da vida”

Os conceitos que regem a definição de *comunidade* foram definidos pelo próprio campesinato, onde são contituidos por formas de ajuda mútua, inclusão e exclusão. Homens e mulheres que se relacionam por parentesco, amizade, vizinhança são exemplos de ações que concretiza o termo *comunidade*. Nessas *comunidades* criaram grupos para mães, delegacias sindicais, combinaram área de roçado, se reuniram para coletar e quebrar o coco babaçu juntos e também planejavam lutas. (FIGUEIREDO, 2005)

As quebradeiras de coco possuem esse vínculo que liga a sua identidade à preservação desse ambiente e ultrapassa as relações exclusivamente materiais e econômicas. São considerados os aspectos étnicos, linguísticos, econômicos, políticos e religiosos como estruturas de classificação dessa *natureza* cotidiana. (WEBER, 1997; BARTH, 1998 apud RÊGO; ANDRADE, 2006, pg.55)

Assim, as quebradeiras de coco babaçu foram instituídas como comunidades tradicionais pela legislação brasileira, de acordo com a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais:

Povos e Comunidades Tradicionais: grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição. (BRASIL, 2007)

2.5 Incentivo Político

Em 1969 foi instaurada a Lei Sarney de Terras, que incentivou a expansão da agropecuária e agroindústria no estado, pois dava respaldo para a privatização de terras públicas no Maranhão. Essa Lei inflamou ainda mais os conflitos por terra, pois legitimava a exclusão das famílias agroextrativistas de suas terras e babaçuais. (BARBOSA, 2013)

Como impacto dessa Lei, o Maranhão assumiu o título de um dos estados com maior índice de violência no campo devido à densidade de conflitos sociais. Essa mesma Lei foi responsável pela criação da Companhia Maranhense de Colonização, batendo de frente com algumas políticas públicas em vigor, como o Plano de Povoamento do Maranhão. As duas políticas destoavam no sentido em que uma apoiava o desenvolvimento pelo investimento financeiro de grandes grupos econômicos, enquanto a outra defendia que a dinâmica regional para a economia deveria se basear na exploração da força de trabalho relacionados com os recursos naturais. (ALMEIDA, 1998 apud BARBOSA, 2013)

Em Imperatriz, em 1968, foi criada a Delegacia de Terras, pelo governo Sarney, com a principal função de acompanhar o processo de titulação e transferência de terras devolutas para o domínio privado. É atribuído o estouro da grilagem na região a esse momento. A situação continuou mesmo com a Delegacia de Terras tendo sido substituída pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária em 1970. (ASSELIN, 2009 apud BARBOSA, 2013)

Assim como em diversas regiões do Maranhão na década de 70, a microrregião de Imperatriz recebeu investimento e incentivos para o avanço da pecuária, o que acabou por generalizar diversos conflitos na região. Com isso, houve perda para os agroextrativistas da região conforme o cultivo de soja avançava, enfrentando ainda mais conflitos para manter suas terras e seguirem com a sua forma de produção. É relatado que na década de 90 houve um declínio considerável na produção de babaçu na região, devido aos incentivos estatais à monocultura de soja. (MESQUITA, 2001 apud BARBOSA, 2013)

Em tempo em que houve uma melhora significativa entre 1985 e 1996 no Maranhão no que diz respeito à concentração fundiária, com indícios de que essa melhora na posse e distribuição de terra tenha relação direta com a retração da economia na década 80 devido ao fim do barateio para latifundiários e grandes empresas rurais do crédito agrícola, além de diferentes movimentos sociais terem impactado na luta pela reforma agrária no estado, coincidindo com o período após o lançamento do I Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA). (CARNEIRO, 2009 apud BARBOSA, 2013)

Foi com o lançamento do I PNRA que os grandes latifundiários se uniram e criaram a União Democrática Ruralista, com o objetivo de boicotar o plano nacional, patrocinando campanhas de difamação contra os movimentos de luta pela democratização do território, quanto orquestrando perseguições, assassinatos a líderes do campo e posseiros. (SANTOS, 2010 apud BARBOSA, 2013)

2.6 Organização e Luta

Com o apoio dos *Três Poderes*, os grileiros registavam terras em seus nomes, enquanto as famílias que ali viviam lutavam pelo seu direito de ocupação. Com tantos embates, foi um momento de união e organização das quebradeiras, onde cada vez mais conscientes, resistiam pela necessidade de estadia no local em que lhe eram proporcionados recursos naturais para sobrevivência. (TAVARES, 2008)

Conforme a organização das quebradeiras avançava nos anos 80, cada vez mais realizavam reuniões, estudavam e discutiam os problemas, tomando parte da conscientização coletiva na busca de fortalecer o senso de importância como trabalhadoras rurais e principalmente como quebradeiras de coco babaçu. (TAVARES, 2008)

As quebradeiras dividem a relação do acesso ao babaçu em três grandes momentos. O primeiro na década de 1970, marcado pelo livre acesso aos babaçuais (Figura 6). O segundo

durante a década e 1980 e 1990, onde lutavam para voltar a terem livre acesso aos babaçuais. O terceiro grande momento é marcado pelas conquistas através da luta organizada pela garantia de legislações para o livre acesso e proteção dos babaçuais. (TAVARES, 2008)



Figura 6. Quebradeiras voltando dos babaçuais. Fonte: Gustavo Ohara

Somando a todas as problemáticas até aqui destacadas, também houveram problemas pela implantação de diversas áreas de eucalipto e instalação de siderúrgicas no Sul do Maranhão. Na cidade de Açailândia, por exemplo, a siderúrgica local incentivava a compra inteira do coco para fabricação de carvão para uso nas caldeiras, atribuindo ao passar dos anos às quebradeiras locais a mera função de *catadoras de coco* para o fruto servir somente de matéria-prima na confecção de carvão vegetal. (BARBOSA, 2013)

Logo os caminhoneiros começaram a se encarregar sobre as vendas e transporte de carvão para as siderúrgicas, o que garantiu ainda mais o agravamento da situação, pois para garantir grandes quantidades de carvão, os cachos de babaçu estavam sendo cortados precocemente, sem atingir total maturação para suprir a demanda. Toda essa situação colaborava para péssimas condições de trabalho para as quebradeiras e contribuía também para o trabalho escravo nas carvoarias. (BARBOSA, 2013)

A prática de corte das palmeiras e envenenamento das mesmas com agrotóxicos tornou-se cada vez mais comum. Relatou-se também a presença de cerca elétrica nas propriedades, o que dificultava o acesso para coleta do coco no local. (BARBOSA, 2013)

Com o agravamento dos conflitos, diversas instituições voltaram seus olhos para a luta das quebradeiras, como a Comissão Maranhense de Direitos Humanos, Comissão Pastoral da Terra, Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Maranhão, Sindicatos Rurais, entre outras. (ARAÚJO JR; DMITRUK; MOURA, 2014)

Com o avanço na luta das quebradeiras de coco babaçu, foi-se estabelecendo a associação, criação e participação tanto como membro quanto diretoria de diversas organizações. A exemplo dessas organizações temos a Associação das Mulheres Trabalhadoras Rurais, a Associação em Áreas de Assentamento do Estado do Maranhão, as Cooperativas de Produtores e Agroextrativistas e etc. (RÊGO; ANDRADE, 2006)

Após firmada a identidade das quebradeiras de coco frente às lutas, fundaram o Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu (MIQCB), onde como características estão a afirmação da identidade étnica, proteção ambiental e demandas de gênero. O movimento conta com quebradeiras do Maranhão, Tocantins, Pará e Piauí (Figura 7). (HOBSBAWM, 1995 apud BARBOSA, 2013)



Figura 7. Inauguração da nova sede do Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu (São Luís, Maranhão). Fonte: Nael Reis (2022)

A manutenção da existência das quebradeiras de coco babaçu implica a atuação em diversas frentes. Lutam por Reforma Agrária enquanto condição de Sem Terra, lutam por igualdade de gênero enquanto mulheres, lutam para a ampliação do extrativismo enquanto quebradeiras de coco, lutam pela produção orgânica, lutam pela proteção e preservação do meio ambiente e lutam também por políticas públicas. (TAVARES, 2008)

2.7 Conquistas dos movimentos sociais

Durante anos de articulações, as comunidades tradicionais de quebradeiras de coco babaçu finalmente conseguiram apoio legislativo para reivindicar o livre acesso a áreas de babaçuais para coleta e para impedir o avanço desenfreado da derrubada das palmeiras, sendo assim criada a Lei Babaçu Livre. (AGOSTINHO, 2012)

Foi em 1997 que foi implementada a Lei do Babaçu Livre pela primeira vez, no município de Lago do Junco - MA. Nos anos seguintes foram editadas leis em diversos municípios, como Imperatriz em 2003 e Cidelândia em 2005. As Leis além de tornarem livre o acesso a babaçuais, também impedem o uso de agrotóxicos, derrubadas, queimadas, além da queima do coco inteiro e define espaçamento. (CORDEIRO, 2008)

Em 30 de agosto de 2011 foi sancionado o Dia Estadual das Quebradeiras de Coco Babaçu, que se estabeleceu em todo 24 de setembro, data que coincide com o I Encontro de Quebradeiras de Coco no Estado do Maranhão. (ARAÚJO JR; DMITRUK; MOURA, 2014)

O interesse no extrativismo do babaçu nas esferas econômicas, sociais e de proteção ambiental pode ser salvaguardado com o uso dos instrumentos jurídicos, diminuindo assim os conflitos sociais e pobreza no que tange as quebradeiras de coco babaçu e suas famílias. (ARAÚJO JR; DMITRUK; MOURA, 2014)

3. MATERIAL E MÉTODOS

O presente trabalho foi baseado em consultas bibliográficas, na experiência pessoal do autor, contexto familiar, conversas, levantamento de fotos, reuniões *online* com pesquisadores, pesquisa na *internet* e pesquisa no histórico familiar para montar o volume de informações que permitiu atender a proposta do trabalho.

As consultas bibliográficas foram feitas por pesquisas no *Google Acadêmico*, sendo então priorizados trabalhos colaborados por mestres e doutores, como dissertações, teses e artigos que fizessem relação com as Quebradeiras de Coco Babaçu e o Maranhão.

O tema foi pensado de modo a ajudar a popularizar o histórico das quebradeiras de coco babaçu em todo o estado e principalmente na região de Campestre do Maranhão, onde atualmente não há registro de publicação científica analisando o histórico local.

Foram construídos tópicos que abordassem desde os primeiros registros da atividade extrativista no Maranhão, como mobilização da comunidade de quebradeiras de coco, políticas públicas envolvidas, panorama social, conquistas através da organização de movimentos sociais e o relato da família de base agroextrativista do autor.

4. CONTEXTO FAMILIAR DO AUTOR

Dentro deste trabalho, o item 4 será narrado em primeira pessoa em função de ser um relato sobre minha história familiar e relação com o babaçu, o que de fato inspirou a temática do mesmo.

Para comentar sobre a relação da minha família e o babaçu, devo trazer essa narração para 18 de junho de 1973, que foi quando minha família materna migrou de Ribeiro Gonçalves – PI para o local que viria a ser a cidade de Campestre do Maranhão – MA.

Quando migraram para a região, apenas moravam cerca de 20 famílias na margem da recém construída Rodovia Belém-Brasília, que ainda nem era asfaltada. O terreno em que construíram sua residência foi presenteado por minha bisavó materna, que conseguiu comprar lotes de fazendeiros nesse novo local pela herança de seu pai que era vaqueiro de uma fazenda e, com isso, recebia bezerras em pagamento e conseguiu juntar durante alguns anos o suficiente para deixar conforto para sua esposa e sua única filha.

Meus avós já chegaram no local com três filhos, de um total de nove. Vieram também a mãe e avó da minha avó. Na época minha avó tinha 22 anos e meu avô 24 anos. Mesmo com o lote cedido, eles eram bastante pobres. Minha avó tinha 8 irmãos, e, como era a mais velha, cuidava dos irmãos mais novos enquanto seus pais trabalhavam no campo para garantir o sustento familiar. Por esses e outros fatores, apesar de ter tentado participar de algumas aulas, não conseguiu se dedicar aos estudos e é analfabeta. Sobre sua origem familiar, a única certeza que temos é que possui ascendência mestiça. Meu avô tem 9 irmãos e teve uma infância ainda mais difícil que a da minha avó. Ele começou a trabalhar no campo desde pequeno, por volta dos 5 anos de idade. Muitas vezes não tinha comida para sua família em casa, então tinham que sair à noite para caçar animais no *mato* para garantir refeições. Falando sobre sua origem familiar, sua ascendência é negra e indígena. Enquanto crescia ele não teve a oportunidade de

estudar, aprendeu o básico por meio de alguns primos de outra cidade que o ensinou um pouco, tendo somente depois de adulto frequentado algumas aulas do antigo Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL), sendo hoje considerado analfabeto funcional.

Ao chegarem no Maranhão, logo perceberam uma movimentação de pessoas indo às florestas coletarem coco. O ramo econômico local na época se baseava na quebra de coco, algo que todos faziam. Não demorou muito para que minha avó, sua mãe e sua avó - e meu avô, às vezes - se juntassem a essas mulheres para aprender esse novo ofício, já que na região que moravam anteriormente não conheciam a prática.

Iam para as *matas* cerca de 20 mulheres, para passarem o dia quebrando coco e retornando para suas residências ao fim do dia. Nos primeiros dias na atividade, minha avó, sua mãe e sua avó faziam 5 kg de amêndoas no dia. Depois de dominar a técnica, em seus melhores dias, sozinha chegava a quebrar coco suficiente para juntar 10 kg de amêndoas por dia (Figura 8). Naquela época a procura pelas amêndoas era enorme e dava para vender fácil, pois tinham compradores espalhados por diversas localidades do povoado. Chegavam a sair caminhões cheios de amêndoas rumo à outras cidades, então era um negócio rentável. Com o dinheiro que recebiam, compravam alimentos e itens básicos para a casa.



Figura 8. Amêndoas de cocos quebrados por minha avó. Fonte: do autor (2022)

Não demorou muito e meu avô logo arranhou de conseguir um terreno para fazer sua roça, onde cultivava arroz, milho, fava e feijão, basicamente para consumo próprio. Ele ao longo da vida alternava o trabalho na roça com diversos empregos formais, chegando a trabalhar por muitos anos como cortador de cana e operação, em cargos de vigilância e também chegou a trabalhar por muitos anos no maior garimpo do Brasil, na Serra dos Carajás no Pará.

O movimento da quebra de coco enfraqueceu com o passar os anos, pois com o desmatamento desenfreado na região pela expansão de monoculturas, estava cada vez mais difícil encontrar babaçu para coletar, então minha avó passou a trabalhar como merendeira em escolas do povoado e ficou cerca de 20 anos sem praticar o extrativismo. Hoje em dia, com 71 anos, ela continua a quebrar coco, voltou para a atividade por volta de 2018, pois mesmo aposentada, conforme a situação econômica do país piorou, ela fez questão de voltar a quebrar coco para complementar a renda familiar. Ela vai todos os dias úteis para a roça com meu avô.

Conforme aprenderam a quebrar o coco babaçu quando chegaram, também aprenderam a fazer o azeite da amêndoa e o carvão da casca do babaçu, então era um ciclo completo de aproveitamento do fruto. No começo faziam azeite exclusivamente para uso na alimentação familiar, hoje em dia conseguem extrair o azeite do coco babaçu de forma caseira no próprio quintal para vender e assim conseguir uma renda extra (Figura 9). O mesmo com o carvão, ambos são vendidos para comerciantes que revendem os produtos em seus mercados. Na época, ela vendia o kg de amêndoa por Cr\$ 0,50 (cruzeiro), hoje ela vende 1 litro de azeite por cerca de R\$ 15,00.



Figura 9. Minha avô na produção de azeite de babaçu. Fonte: do autor (2022)

Tenho conhecimento de cerca de 8 mulheres que quebram coco babaçu atualmente aqui no município: ela e duas tias em seu barracão e cerca de 5 mulheres em barracões próximos da roça do meu avô. Todas também produzem azeite e carvão para vender.

Além do babaçu, sempre foram presentes aqui em casa diversos frutos para consumo, como o buriti. Porém há alguns anos meu avô frequenta os buritizais da região para além de coletar buriti somente para consumo familiar. Meu avô, com seus 73 anos, também aposentado, extrai a polpa do fruto da palmeira regional para assim fazer o suco e vender pela cidade para também complementar a renda familiar (Figura 10).



Figura 10. Meu avô macerando buriti para extrair a polpa. Fonte: do autor (2022)

Havia também atuação de movimento social no povoado, como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, onde reuniões organizadas pelas lideranças aconteciam próximo à residência de meus avós. Membros da minha família participaram e hoje vivem em Assentamento conquistado pelo movimento.

Com esses relatos, fica nítido a importância do agroextrativismo para meu contexto familiar. Os recursos naturais sempre foram bem aproveitados, preservados e os Produtos Florestais Não Madeireiros serviram para complementar o sustento econômico da família.

5. CONCLUSÕES

Através do levantamento realizado e das informações abordadas nesse trabalho, conclui-se que o cenário é bastante desafiador para o remanescente de quebradeiras de coco babaçu em atividade atualmente no município de Campestre do Maranhão - MA, pois como não houve edição municipal sobre a Lei Babaçu Livre, o agronegócio por muitas décadas teve passe livre para desmatar parte significativa dos babaçuais da região, tornando o babaçu escasso comparado com o extrativismo das primeiras décadas de povoamento local, contribuindo para que as quebradeiras buscassem outras alternativas para complementar suas rendas familiares e abandonassem a prática extrativista.

É necessário políticas municipais de incentivo para fomentar o extrativismo do babaçu, melhorando a economia local através de investimentos em projetos para aproveitamento de todos os subprodutos do babaçu na produção do azeite, carvão e demais produtos, além de fortalecer as relações entre essa comunidade tradicional local.

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGOSTINHO, L. AS LEIS DO BABAÇU LIVRE E O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO: uma análise do conflito de interesses nas disputas socioambientais das regiões urbanas do Maranhão. **Revista de Políticas Públicas**, São Luís, p. 395-401, 10 2012.

ARAÚJO JUNIOR, M.; DMITRUK, E.; MOURA, J. A Lei do Babaçu Livre: uma estratégia para a regulamentação e proteção da atividade das quebradeiras de coco no Estado do Maranhão. **Seqüência**, Florianópolis, v. 35, n. 68, 2014.

BARBOSA, V. **MULHERES DO BABAÇU**: Gênero, maternalismo e movimentos sociais no Maranhão. Niterói, 2013. 267 f. Tese (História Social) - Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2013.

BARBOSA, V. **Na Terra das Palmeiras**: Gênero, Trabalho e Identidades no Universo das Quebradeiras de Coco Babaçu no Maranhão. Paco Editorial, v. 2, f. 110, 2018. 220 p.

BRASIL, **Lei nº 6.040**, de 07 de fevereiro de 2007. Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 2007.

CORDEIRO, R. **VELHOS CONFLITOS EM NOVAS CAUSAS**: um estudo sobre processos de ambientalização nos discursos do Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu, no Maranhão. 2008. 115 f. Dissertação (Mestrado em SOCIOLOGIA E ANTROPOLOGIA) - Universidade Federal do Maranhão, São Luis, 2008.

FIGUEIREDO, L. **Empates nos babaçuais**: do espaço doméstico ao espaço público - lutas de quebradeiras de coco babaçu no Maranhão. 2005. 198 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Pará, Centro Agropecuário, Núcleo de Estudos Integrados sobre Agricultura Familiar, Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária, Belém, 2005. Curso de Mestrado em Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável.

PESAVENTO, S. Sensibilidades no tempo, tempo das sensibilidades. **Nuevo Mundo Mundos Nuevos**, 04 02 2005. Disponível em: <https://journals.openedition.org/nuevomundo/229>. Acesso em: 14 abr. 2022.

REGO, J. L.; ANDRADE, M. de P. História de mulheres: breve comentário sobre o território e a identidade das quebradeiras de coco babaçu no Maranhão. **Agrária (São Paulo. Online)**, [S. l.], n. 3, p. 47-57, 2005. DOI: 10.11606/issn.1808-1150.v0i3p47-57. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/agraria/article/view/87>. Acesso em: 5 maio. 2022.

TAVARES, J. **UNIVERSALIDADE E SINGULARIDADES DO ESPAÇO TRANSITÓRIO**: um estudo a partir de quebradeiras de coco babaçu/MIQCB e trabalhadores rurais sem terra/MST no Maranhão (1990 - 2000). Florianópolis, 2008. 361 f. Tese (Desenvolvimento Regional e Urbano) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2008.